

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Engebio Engenharia S/S Ltda

**Estudo do estado da arte e análise de viabilidade
técnica, econômica e ambiental da implantação de uma
usina de tratamento térmico de resíduos sólidos
urbanos com geração de energia elétrica no estado de
Minas Gerais**

**Relatório 3 - Estudo prospectivo das alternativas
governamentais, nacionais e internacionais, voltadas ao
financiamento de plantas de geração de energia elétrica a partir
de resíduos sólidos urbanos**

20 Anos



engebio



Inovação em Gestão Ambiental

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento
Gerência de Avaliações Ambientais e Mudanças Climáticas

Estudo do estado da arte e análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental da implantação de uma usina de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais

Relatório 3:

Estudo prospectivo das alternativas governamentais, nacionais e internacionais, voltadas ao financiamento de plantas de geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos

FEAM – DPED – GEMUC – RT – 003/2009

Belo Horizonte

2009

© 2009 Fundação Estadual do Meio Ambiente

Governo do Estado de Minas Gerais

Aécio Neves Cunha
Governador

Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema

Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

José Carlos Carvalho
Secretário

Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam

José Cláudio Junqueira Ribeiro
Presidente

Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento

Paulo Eduardo Fernandes de Almeida
Diretor

Gerência de Avaliações Ambientais e Mudanças Climáticas

Laura Maria Jacques Leroy
Gerente

Equipe Técnica: FEAM

Laura Maria Jacques Leroy, Eng. Química, M. Sc.
Felipe Correia de Souza Pereira Gomes, Eng. Ambiental.

Elaboração: Engebio Engenharia S/S Ltda

Responsável Técnico
Mario Saffer, Eng. Químico, D. Sc.

Equipe Técnica
Adalberto Kilpinski, Economista
Mario Saffer, Eng. Químico, D. Sc.

Relatório 3: estudo prospectivo das alternativas governamentais, nacionais e internacionais, voltadas ao financiamento de plantas de geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos / Engebio; Fundação Estadual do Meio Ambiente. --- Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2009. 20p.

Projeto “Estudo do estado da arte e análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental da implantação de uma usina de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com geração de energia elétrica no Estado de Minas Gerais”

1. Fonte de financiamento. 2. Energia elétrica. 3. Resíduos sólidos urbanos I. Engebio. II. Fundação Estadual do Meio Ambiente.

CDU: 628.477.8:336.77

RESUMO

Este relatório apresenta um estudo prospectivo das alternativas de fomento e financiamento de plantas de geração de energia termelétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos.

O foco dado ao estudo, fomento/financiamento governamentais, tem em vista o papel social do Governo do Estado de Minas na resolução dos temas atuais ligados a disposição de RSU e geração de energia elétrica “limpa”. Temas esses que estão voltados à sustentabilidade, portanto devem ser alvo de financiamentos governamentais com resultados sociais, não tendo como foco a geração de resultados financeiros.

A possibilidade de atuação na prospecção, tanto no mercado nacional, via programas setoriais governamentais e executados pelo Banco BNDES, quanto no mercado nacional via BID e BIRD, devem-se ao fato de que independentemente da fonte do recurso a mesma está voltada a resolução de temas de amplitudes internacionais.

Em suma, o estudo foi conduzido de maneira prospectiva com o fim precípua de um entendimento amplo das condições atuais das linhas de financiamento. A partir dessa análise são traçadas as conclusões e recomendações em capítulo próprio.

LISTA DE SIGLAS

AFD - *Agence Française de Développement*

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

COFIEEX - Comissão de Financiamentos Externos

FINEM – Financiamento de Empreendimentos

FIRCE - Departamento de Capitais Estrangeiros

FMI – Fundo Monetário Internacional

GNV - Gás Natural Veicular

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PDR - Programa de Dinamização Regional

PMI - Projeto Multissetorial Integrado Urbano

RSA - Responsabilidade Social & Ambiental

RSD – Resíduos Sólidos Urbanos

USD – Dólar Americano

SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais

MPO - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

TJ-462 – Taxa de Juros Medida Provisória 462

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Condições específicas de financiamento junto ao BNDES	4
Tabela 2 – Resumo da linha de financiamento BNDES para projetos de geração de energia elétrica.....	5
Tabela 3 -Resumo da linha de financiamento BNDES para projetos de infraestrutura....	7
Tabela 4 - Resumo da linha de financiamento do BIRD	10
Tabela 5 - Resumo da linha de financiamento BID	12
Tabela 6 - Resumo da linha de financiamento Proparco para projetos de infraestrutura	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2.	ÁREAS FOCO	2
2.1	Infraestrutura	2
2.2	Desenvolvimento social e urbano	3
2.3	Meio ambiente e energia sustentável	3
3.	LINHAS DE NACIONAIS DE FINANCIAMENTO	3
3.1	Energia elétrica	4
3.2	Infraestrutura	5
3.2.1	Empreendimentos financiáveis	6
3.2.2	Taxa de Juros	7
3.2.3	Nível de Participação	7
4.	LINHAS INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO	8
4.1	BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial	8
4.2	BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	11
4.3	Proparco	12
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	14
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a implantação da Usina Termelétrica de Processamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e a conseqüente necessidade de financiamento para esse empreendimento, apresenta-se a seguir um estudo das alternativas nacionais, operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e internacionais, operadas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

É necessário salientar que o estudo tem o intuito de nortear a prospecção mais acurada de fomento e financiamento, pois, tendo em vista a magnitude do empreendimento, os valores em questão e a sustentabilidade do projeto são justificáveis que linhas específicas sejam utilizadas.

Procurou-se atuar prospectivamente em órgãos de financiamentos governamentais, onde o fundo precípua do investimento é a resolução de problemas sociais e não resultado financeiro. Entretanto não estão descartados fundos nacionais ou multinacionais que poderiam investir tendo em vista o retorno dado pelo empreendimento.

Com relação a financiamento nacional, os recursos voltados para desenvolvimento e infraestrutura atualmente são motivadas por políticas oriundas do **Ministério das Cidades, Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e Ministério das Minas e Energia no âmbito do Proinfra**. Independentemente da política federal que o financiamento esteja atendendo, os mesmos são financiados pelo **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**.

O BNDES faz o papel de fomentador e executivo de financiamento das políticas públicas. As linhas de financiamento atuais do BNDES para esse fim estão descritas a seguir.

Já do ponto de vista de financiamentos internacionais, os bancos voltados para esse tipo de operação de desenvolvimento são o Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou simplesmente Banco Mundial, e o BID. Ambos os financiamentos, voltados à área pública, devem estar ligados à resolução de problemas sociais. Independente do órgão de financiamento, as linhas são ajustáveis às condições dos empreendimentos.

As políticas públicas em voga, áreas foco, que atualmente estão norteando os investimentos do governo estão descritas nos próximos itens.

2. ÁREAS FOCO

Os projetos de financiamento de energia elétrica, assim como os de saneamento ambiental, estão citados em várias áreas de atuação dentro das políticas de financiamento, tanto do ponto de vista de financiamentos nacionais, quanto internacionais. Os projetos de financiamento de energia elétrica a partir da incineração de resíduos sólidos estão citados nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social e urbano e meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

2.1 Infraestrutura

A solução dos problemas de infraestrutura é condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, permitindo que todos tenham acesso a serviços básicos como energia elétrica, comunicações, transportes urbanos e saneamento. Ao mesmo tempo, a ampliação da infraestrutura promove a redução de custos, aumento da produtividade, aprimoramento da qualidade dos bens e serviços da estrutura produtiva e consolidação da integração regional.

São apoiáveis os projetos de expansão e modernização do setor de forma a garantir o suprimento de energia elétrica com qualidade, segurança e tarifas mais baixas. Também é apoiado o incremento das fontes alternativas de energia.

2.2 Desenvolvimento social e urbano

Tendo em vista que o projeto, além da geração de energia, está voltado à resolução de um problema crônico das grandes cidades, a destinação e disposição dos resíduos sólidos urbanos, e que esse problema estrutural faz parte da linha de atuação do BNDES, que é o desenvolvimento social e urbano, o financiamento poderia ser pleiteado via essa área de atuação.

Nesse caso são apoiáveis projetos de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana). No caso específico do projeto em questão, trata-se de saneamento de resíduos sólidos.

2.3 Meio ambiente e energia sustentável

As questões ligadas ao meio ambiente, particularmente as de energia sustentável, vêm chamando a atenção dos financiadores internacionais. A geração de energia a partir de biomassa, resolução de temas ligados aos RSU e consequências sociais da sua inconstante disposição e geração de energia a partir de não utilização de combustíveis fósseis seriam facilmente apoiáveis dentro de linhas subsidiadas.

3. LINHAS DE NACIONAIS DE FINANCIAMENTO

Dentro dos contextos antes apresentados como áreas foco e tendo em vista que o BNDES é o banco nacional de desenvolvimento, o mesmo possui as seguintes condições típicas para financiamento dentro da sua missão de atender financeiramente os programas do governo.

3.1 Energia elétrica

As linhas de apoio financeiro têm caráter permanente e podem ser concedidas a qualquer momento. Destinam-se a apoiar projetos de investimentos, visando à implantação, expansão e modernização de empreendimentos no setor de energia elétrica. As linhas atuais voltadas para a geração de energia elétrica, nos moldes do empreendimento em questão, são:

- BNDES Financiamento de Empreendimentos (FINEM) - financiamentos a projetos de investimento de valor mínimo de R\$ 10 milhões;
- BNDES Limite de Crédito - crédito rotativo para o apoio a empresas ou grupos econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito;
- BNDES Empréstimo-Ponte - financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo;
- Project Finance - engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.

Tabela 1- Condições específicas de financiamento junto ao BNDES

Linha de Financiamento	Remuneração do BNDES (% a.a.)		Custo Financeiro		Participação Máxima do BNDES (%)	
	BNDES FINEM	BNDES Automático	BNDES FINEM	BNDES Automático	BNDES FINEM	BNDES Automático
Energia Elétrica - Geração (exceto térmicas a carvão ou a óleo)	0,9	1,3	TJLP	80% TJ-462 20% CESTA	80	60
Capital de giro associado	2,5	2,5	TJ-462 ou CESTA ou IPCA	80% TJ-462 20% CESTA	Correspondente à linha de financiamento associada	
Aquisição de bens de capital associado*	0,9	0,9	TJLP	TJLP	80	80

*A participação máxima do BNDES poderá ser ampliada em 20 pontos percentuais, sendo que o Custo Financeiro da parcela de crédito referente a este aumento de participação será TJ-462 acrescido de remuneração básica de 2,5% ao ano. Caso a operação seja feita de forma direta ou indireta não-automática, o Custo Financeiro desta parcela adicional poderá ser Cesta acrescido de Remuneração Básica de 2,5% ao ano.

Os projetos de energia elétrica possuem os seguintes prazos máximos de amortização:

Para Geração

Termelétrica, Co-geração a Gás e Bioeletricidade 14 anos

Tabela 2 – Resumo da linha de financiamento BNDES para projetos de geração de energia elétrica

Resumo da Linha	
Instituição de fomento	BNDES
Nome do fundo	FINEM ou BNDES Automático
Tipo de financiamento	Financiamento de longo prazo de ativos e capital de giro.
Taxa de juros	0,9 a 1,3 + TJLP
Período de carência	2 anos após entrada em funcionamento
Cientes possíveis	Setor privado
Requisitos mínimos	O projeto deverá apresentar o produto ao qual está destinada a linha. Produção de energia elétrica, exceto térmicas a carvão ou óleo.
Garantias requeridas	No caso de apoio direto com o BNDES, serão definidas no momento da negociação, aval, hipoteca ou participação. Se com intermediário financeiro, o banco, é particular a cada instituição

3.2 Infraestrutura

O projeto governamental financiado pelo BNDES é o Projeto Multissetorial Integrado Urbano (PMI). É um conjunto de projetos que integram o planejamento e

as ações dos agentes municipais em diversos setores com vistas a contribuir para a solução dos problemas estruturais dos centros urbanos.

O PMI é um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais que abrange soluções para os variados tipos de carências, articulando, no âmbito municipal, investimentos em diversos setores sociais, como, por exemplo, saneamento básico e transportes.

Dentre as características especiais do PMI, destacam-se as seguintes: a formulação de soluções integradas, considerando-se as especificidades locais; o desenvolvimento de processos de participação das comunidades; o gerenciamento; o acompanhamento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas; e manutenção e sustentabilidade das transformações promovidas.

3.2.1 Empreendimentos financiáveis

- Urbanização e implantação de infra-estrutura básica no município inclusive em áreas de risco e de sub-habitação;
 - Infraestrutura de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e serviços públicos;
 - Recuperação e revitalização de áreas degradadas, de interesse histórico ou turístico;
 - Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana);
 - Transportes públicos de passageiros (urbanos, metropolitanos e rurais; hidroviário, sobre trilhos e sobre pneus; equipamentos e infraestrutura).
-

3.2.2 Taxa de Juros

- Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de risco de crédito
- Custo financeiro -Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP
- Remuneração do BNDES -0,9% ao ano
- Taxa de risco de crédito - De 1,0 % ao ano

3.2.3 Nível de participação

Utiliza-se o critério de classificação de municípios adotado no Programa de Dinamização Regional (PDR) para a determinação do nível de participação do BNDES. Poderá ser de:

- Até 90% para os municípios das demais regiões.

Tabela 3 -Resumo da linha de financiamento BNDES para projetos de infraestrutura

Resumo da Linha	
Instituição de fomento	BNDES
Nome do fundo	PMI
Tipo de financiamento	Financiamento a Longo Prazo. Capital Fixo e Capital de Giro.
Taxa de juros	0,9 a 1,3 + TJLP + taxa de risco de crédito de 1% ao ano.
Período de carência	2 anos após entrada em funcionamento
Cientes possíveis	Setor Público, Municípios ou Estados de qualquer porte e qualquer região do país.
Requisitos mínimos	O projeto deverá apresentar o produto ao qual está destinada a linha. No caso solução de problemas estruturais de centros urbanos.
Garantias requeridas	Taxa de risco de crédito de 1% ao ano. Não são requeridas garantias reais

4. LINHAS INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO

Os bancos mundiais de desenvolvimento, BID ou BIRD, atendendo aos seus preceitos, buscam financiar projetos ligados a temas atuais relativos a melhorias das condições sociais. Apresenta-se a seguir as linhas internacionais de financiamento que poderiam ser utilizadas para a implantação de projetos ligados as áreas foco do estudo.

É importante salientar que esses órgãos de fomento/financiamento não possuem linhas pré-formatadas. Os mesmos atuam na forma de programas de investimentos onde, na grande maioria das vezes, os financiamentos atendem a algumas linhas gerais padronizadas, mas as condições do financiamento são moldadas a cada situação.

Segue adiante o descritivo das linhas dos principais bancos mundiais de desenvolvimento.

4.1 BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial

O Banco Mundial ajuda governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas – como a construção de escolas, hospitais, estradas e o desenvolvimento de projetos que ajudam a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O Banco Mundial não é um “banco” no sentido comum, mas uma organização internacional constituída por 185 países desenvolvidos e em desenvolvimento que são os seus membros.

O apoio prestado a um país mutuário é orientado por uma única estratégia (chamada de Estratégia de Assistência ao País), que é planejada pelo próprio país

com a participação do Banco Mundial e de muitos outros doadores, grupos de ajuda e organizações da sociedade civil.

Condições de Empréstimos

Por seu Convênio Constitutivo, o BIRD faz empréstimos apenas a governos (federal, estadual ou municipal) ou às agências e órgãos controlados por eles. A União é a avalista final de todos os financiamentos.

Os financiamentos do BIRD normalmente representam 50% do custo total dos projetos, exigindo recursos de contrapartida para o restante.

No caso do Brasil, os financiamentos do Banco Mundial são coordenados pela Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO). Para os estados e municípios, os passos iniciais normalmente ocorrem nas respectivas secretarias de fazenda, planejamento ou da área específica do projeto.

Por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, SEAIN, os órgãos públicos postulantes elaboram carta consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), que publica sua resolução no Diário Oficial da União. É feita então uma consulta ao Banco Mundial, e o detalhamento do projeto é desenvolvido conjuntamente.

A Procuradoria Geral da Fazenda Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional então analisam o financiamento sob diversos critérios, como limites de endividamento, e concedem ou não a autorização para contraí-lo. No caso de estados e municípios, é necessária a concessão de aval da União.

Após essa fase, é enviada uma solicitação ao Senado Federal, e é feito o credenciamento da operação junto ao Departamento de Capitais Estrangeiros (FIRCE) do Banco Central.

O Acordo Final é elaborado em negociação com o Banco Mundial, e é enviada carta de exposição de motivos ao Presidente da República sobre o financiamento.

Após a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), o projeto é publicado e são determinadas as sua condição de efetividade.

Finalmente, o financiamento é assinado entre representantes do mutuário e do Banco Mundial.

As condições típicas dos financiamentos do BIRD são:

- Prazo de Pagamento: Até 30 anos;
- Carência: Flexível de acordo com retorno do investimento (a média ponderada do investimento não pode passar de 18 anos);
- Taxa ou preço do empréstimo: 0,75 % (USD - *spread* fixo) ao ano, mais taxa libor ou taxa de juros do mercado internacional.

Tabela 4 - Resumo da linha de financiamento do BIRD

Resumo da Linha	
Instituição de fomento	BIRD
Nome do fundo	Não existe fundo padrão. Cada projeto é único e deve estar alinhado com melhoria das condições sociais e ambientais da região.
Tipo de financiamento	Financiamento em longo prazo. Capital Fixo e Capital de Giro.
Taxa de juros	0,75% ao ano + taxa Libor
Período de carência	Negociável a cada projeto, não pode ultrapassar 18 anos
Cientes possíveis	Setor Público, Municípios ou Estados
Requisitos mínimos	Deverá transitar por todas as instâncias governamentais e ser aprovadas por elas para liberação
Garantias requeridas	Não são necessárias garantias reais. A nação, no caso o Governo Brasileiro, é avalista da operação

4.2 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento dedica-se à promoção do desenvolvimento econômico e social em seus países membros da América Latina e do Caribe.

O BID é totalmente independente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ajuda países com dificuldades em suas contas externas mediante financiamento e assistência técnica, bem como do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, o Banco Mundial), instituição global de desenvolvimento.

A submissão de projetos ao BID inicia-se com uma carta consulta a qual deverá ser posteriormente ampliada com relação à quantidade de informações em nível de plano de negócios para aprovação pelo conselho do banco.

As condições típicas dos financiamentos do BID são:

- Prazo de Pagamento: Até 25 anos;
- Carência: de 3 a 5 anos de acordo com as políticas envolvidas nos empréstimos;
- Taxa: Libor “seca” ou Libor mais taxa ajustável ao empréstimo;
- O banco cobra encargos de empréstimo de 0,30% e comissão de empréstimo de 0,25%.

O BID possui atualmente projetos de financiamento para energia sustentável como no exemplo extraído do sitio do BID, www.iadb.org.

Planta de Energía Pacífico S.A. para la Cogeneración a partir de Biomasa

Descripción del Proyecto: La planta de cogeneración de biomasa ed 15.6 MW está siendo desarrollada por Energía Pacífico S.A. (EP), un vehículo de propósito especial creado para construir y operar la planta. La planta estará localizada en San

Francisco de Mostazal, en la Region IV de Chile, aproximadamente 60 km al sur de Santiago. EP es una subsidiaria de Empresas Coipsa S.A., una compañía chilena fundada en 1985 a la que pertenece un grupo de empresas que producen y venden papel y cajas de cartón hechas de papel reciclado. La planta venderá aproximadamente el 50% de la electricidad y vapor que produzca a Compañía Papelera del Pacífico S.A. (CPP), la empresa más grande dentro del grupo de Empresas Coipsa, a través de un acuerdo de compra de largo plazo. El resto de la electricidad será vendida al mercado general de electricidad (Sistema Integrado Central, SIC) a través de la subestación eléctrica de San Francisco de Mostazal.

Tabela 5 - Resumo da linha de financiamento BID

Resumo da Linha	
Instituição de fomento	BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Nome do fundo	Não existe fundo padrão. Cada projeto é único e deve estar alinhado com melhoria das condições sociais e ambientais da região.
Tipo de financiamento	Financiamento a Longo Prazo. Capital Fixo e Capital de Giro.
Taxa de juros	Taxa Libor + taxa de acordo com o empréstimo (não superior a 1%) + encargos de empréstimo de 0,30% + comissão de empréstimo de 0,25%
Período de carência	De 3 a 5 anos
Cientes possíveis	Setor Público ou Privado
Requisitos mínimos	Deverá contribuir para o desenvolvimento do país e/ou da área/setor em questão.
Garantias requeridas	Não são necessárias garantias reais.

4.3 Proparco

A Proparco é a unidade da *Agence Française de Développement* (AFD) responsável pelo financiamento ao setor privado. Foi criada em 1977 e dedica-se ao financiamento de iniciativas privadas lucrativas em países emergentes e em desenvolvimento. Participam do seu capital a AFD e empresas privadas.

Os projetos submetidos à Proparco devem estar alinhados com o foco da entidade, ou seja:

- Sustentação do crescimento: prioridade as populações pobres;
- Promoção, modernização e segurança dos mercados financeiros;
- Acesso à saúde e à educação;
- Promoção de recursos naturais;
- Promoção de projetos em favor da Responsabilidade Social & Ambiental (RSA).

O projeto deve ser submetido para análise do comitê de seleção onde é realizada uma *due diligence* técnica, financeira, comercial e jurídica. Após essa aprovação, o projeto é encaminhado para uma aprovação parcial já em um nível de negociação das condições do projeto como prazos, garantias e valores. Após essa negociação final o projeto é encaminhado para a avaliação de crédito no *board* da instituição.

As condições típicas dos financiamentos são:

- Prazo de Pagamento: Até 20 anos;
- Carência: até 5 anos de acordo análise do projeto;
- Taxas e encargos: De acordo com análise do projeto;
- Montante: Até 60 milhões de euros por transação.

Até o momento foi liberado um projeto para empresa no Brasil, para a ASPRO, empresa produtora de compressores de Gás Natural Veicular (GNV), no valor de US\$ 20 milhões. Também foram liberados dois fundos para instituições financeiras, Banco PINE e Sofisa, de US\$ 15 e US\$ 20 milhões, respectivamente.

Tabela 6 - Resumo da linha de financiamento Proparco para projetos de infraestrutura

Resumo da Linha	
Instituição de fomento	Proparco - <i>Agence Française de Développement</i>
Nome do fundo	Não existe fundo padrão. Cada projeto é único e deve estar alinhado com os objetivos da instituição.
Tipo de financiamento	Financiamento a Longo Prazo. Capital Fixo e Capital de Giro.
Taxa de juros	De acordo com análise do projeto
Período de carência	Até 5 anos
Cientes possíveis	Setor Privado
Requisitos mínimos	Deverá contribuir para o desenvolvimento do país e/ou da área/setor em questão dentro das áreas atendidas pela Proparco.
Garantias requeridas	De acordo com análise do projeto
Montante	Máximo 60 milhões de euros.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista que o(s) projeto(s) para os quais foram prospectadas linhas de fomento/financiamento estão ligados a temas sociais em voga atualmente, são relativamente fartas as alternativas para o seu desenvolvimento. Entretanto, nota-se, de uma maneira geral, que os processos administrativos, principalmente os que tangem a área pública, são relativamente complexos e emperrados para liberação de recursos, sejam eles de bancos nacionais ou internacionais.

As condições gerais dos empréstimos, melhores nos bancos internacionais, são similares. Salienta-se que as carências e prazos para pagamento dos bancos internacionais são bastante elásticas, o que em projetos de infraestrutura, onde o

retorno financeiro não é o foco, fazem uma grande diferença. Por outro lado, as condições de submissão e trato administrativo no banco nacional são bem melhores.

Recomenda-se, a partir desse estudo prospectivo, definir um foco mais acurado das necessidades relativas ao financiamento e submeter o projeto a mais de um órgão de fomento/financiamento. A partir da aprovação, caso seja em mais de um órgão, selecionar a fonte com as melhores condições, tanto de taxas, quanto de condições de pagamento e processo administrativo para a contratação.

REFERÊNCIAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projetos de Infraestrutura/Energia Elétrica**, Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Infraestrutura/Energia_Eletrica/index.html>> Acesso em 15 set 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI**, Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Desenvolvimento_Social_e_Urbano/pmi.html> Acesso em 15 set. 2009.

Banco Mundial. **Apresentação de Projetos Multilaterais**, Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21369201~menuPK:5268094~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>> Acesso em 19 set 2009.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Iniciativa de Energía Sostenible y Cambio Climático**, Disponível em: <<http://www.iadb.org/topics/climateChange/secci/index.cfm?lang=es>> Acesso em 20 set 2009;

Proparco. **European Development Finance**, Disponível em: <<http://www.edfi.be/devfinance.htm>> Acesso em 20 set 2009.

